

# Boletim

# CR/RRR

NOVEMBRO/2016

## SUBSÍDIOS PARA REUNIÕES DE REPRESENTANTES – NOV/2016

### I. Conjuntura

A consolidação do golpe em curso, após o afastamento definitivo da presidenta Dilma Roussef, eleita democraticamente, vem se dando pelo esforço do governo Temer e das forças econômicas e políticas, apoiadas pela grande mídia e por parcela do poder judiciário, em aprovar uma série de medidas legislativas que visam a implantação de um modelo de Estado mínimo no Brasil.

Esta ofensiva ocorre através da retirada de direitos trabalhistas e sociais, da mudança na legislação para facilitar a exploração dos bens naturais, sem maiores entraves legais, mesmo que isto

venha a causar maiores impactos ambientais, além da implantação de uma agenda conservadora, o que implica na redução dos direitos democráticos, das garantias individuais, da restrição às mobilizações e formas de pressão da sociedade. Caminhamos a passos largos para um Estado de exceção.

#### **O Congresso Nacional vira as costas para o Brasil**

Pesquisas indicam que a maioria da população não concorda com as medidas a se-

rem implantadas pelo governo golpista, como a redução de investimentos sociais contidos na PEC 241/2016, atualmente PEC 55/2016 no Senado Federal, que retira verbas de áreas essenciais como educação e saúde. Esta PEC inviabiliza o futuro do país, ao retirar a possibilidade de aumento no investimento na educação e na valorização de seus profissionais da educação, como previsto no Plano Nacional de Educação (PNE). No mês de outubro o Instituto Vox Populi apurou que 80% da população rejeita a PEC 241. Este posicionamento é corroborado pelo

resultado parcial da consulta pública do Senado Federal, que em 31/10 apresentava 251.483 votos contrários e apenas 14.554 favoráveis à PEC.

Apesar disto, o Congresso Nacional, sob intensa negociação com o governo Temer, aprovou na Câmara Federal a PEC 241, que seguiu para votação no Senado Federal (PEC 55), assim como o Projeto de Lei 131/2016 que altera a forma de exploração de petróleo no Brasil, retirando da Petrobrás e entregando para as empresas estrangeiras a utilização das nossas riquezas, além de acabar com o Fundo de Investimento e verba do pré-sal que iria para a educação e saúde pública. Esta fonte de investimento ajudaria a viabilizar a aplicação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) na educação até 2024, de acordo com o PNE.

Outras medidas de contenção de gastos e retirada de direitos sociais e trabalhistas já estão tramitando no Congresso Nacional ou aguardam o momento em que o governo golpista entenda como mais propício para aprovação. É o caso da reforma previdenciária, que aumentará o tempo de trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras, igualará a idade para aposentadoria (65 anos) e tempo de contribuição (no mínimo 25 anos) entre homens e mulheres, desprezando as condições desiguais e diferenciadas de gênero, da mesma

forma que pretende acabar com o direito à aposentadoria especial que trabalhadores e trabalhadoras que exercem atividades penosas têm direito hoje.

No caso da educação, além dos projetos que reduzem investimentos, a Medida Provisória 746 (reforma do ensino médio) atropelou todo o processo de discussão sobre a mudança curricular na educação básica no país e estabelece um modelo de ensino médio excludente, o qual estabelece uma escola mais limitada na sua formação para os filhos da classe trabalhadora e outra com formação mais ampla para os filhos da elite.

Assim como a PEC 241 (55 no Senado), a MP está sendo rejeitado pela população e tem motivado mobilizações em todo o Brasil, sendo a APEOESP uma das primeiras entidades a fazê-lo: reuniu 30 mil pessoas em manifestação realizada em 26/8 e em 22/9 cujo tema reforma do ensino médio era um dos pontos centrais, além das demais medidas autoritárias que vem sendo tomadas pelo governo federal e demais reivindicações da categoria.

## **Reforçar a mobilização da categoria e da sociedade**

Neste período, os trabalhadores, através de seus sindicatos, suas federações e confederações, das centrais sindicais,

assim como outras entidades da sociedade civil, como o Movimento dos Trabalhadores Sem terra (MST), dos trabalhadores sem teto (MTST, CMP, dentre outros), estudantes e outros setores sociais também têm se mobilizado e realizado manifestações em todo país. Entretanto, a grande mídia insiste em “esconder” toda a mobilização social e, quando isto é impossível, manipula a informação, com edição das reportagens que procuram criminalizar os movimentos sociais.

Neste contexto, a grande quantidade de prefeitos eleitos pelos principais partidos que sustentaram e continuam a sustentar este golpe contra a classe trabalhadora reflete o refluxo da democracia e o avanço conservador em nosso país. No estado de São Paulo, este avanço se fez mais evidente, com a ampliação do número de prefeitos e vereadores tucanos eleitos. Este partido vem destruindo a educação pública paulista ao longo dos últimos 20 anos.

Apesar do momento difícil que vivenciamos, os setores progressistas da sociedade vem se esforçando para manter a unidade em torno da luta contra os retrocessos que os golpistas querem implementar. Prova deste esforço é o calendário de lutas unificado. Neste sentido, a participação nos eventos convocados, em especial aqueles que tenham o envolvimento da APEOESP, da CNTE e da CUT, é fundamental

para garantirmos a manutenção dos direitos e conquistas obtidas no período mais recente da nossa jovem democracia. No curto prazo, destacamos a **assembleia da APEOESP no dia 11 de novembro na Praça da República**, com paralisação. Logo após, na Praça da Sé, será realizado um ato das entidades da sociedade civil organizada contra as perdas dos direitos sociais e trabalhistas. Nas regiões, devemos reforçar as ações de “esquenta” para o dia de Paralisação Nacional, conforme orientações que as subsedes, sobretudo as coordenações de macrorregião, deverão transmitir.

Para isso, temos que reforçar nossa atuação nas regiões, organizando o debate a partir das escolas, com nossos colegas professores e demais profissionais da educação, com nossos estudantes, com os pais e comunidade local. Apoiando iniciativas e participando de ações conjuntas com outros setores em defesa da escola pública democrática e

de qualidade e da democracia e justiça na sociedade.

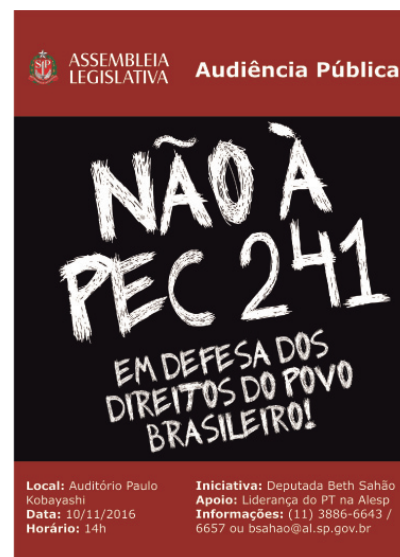
Da mesma forma que a APEOESP esteve à frente da criação do Grito pela Educação em Defesa da Escola Pública de Qualidade e das ações deste coletivo, o qual possibilitou a aglutinação de forças com outros setores da sociedade em torno da luta pela educação pública de qualidade, bem como da construção da Frente Brasil Popular, ocupando um papel de destaque nas mobilizações sociais, é preciso que este esforço ocorra em todas as regiões do estado, reforçando a capacidade organizativa e de mobilização da sociedade contra o golpe e suas consequências.

### Audiência pública

Para qualificar o debate, para que possamos esclarecer todos os professores e professoras nas escolas e nas regiões, é importante que participemos de todos os espaços nos quais se possa

aprofundar o conhecimento sobre a natureza das medidas que o governo Temer vem tomando e, também, trocar informações e amadurecer propostas para combatê-las.

Um desses momentos será a audiência pública que será realizada no dia 10/11, às 14 horas, no auditório Paulo Kobayashi, Assembleia Legislativa. Para tanto, as subsedes devem assegurar o comparecimento dos professores e professoras, de acordo com a comunicação que foi expedida.



## II. Campanhas

As medidas que vem sendo adotadas pelo governo golpista de Michel Temer reforçam a política do governo do PSDB no estado de São Paulo. Estamos há mais de 28 meses sem reajuste salarial, não há contratações de professores e

a convocação de concursados depende de autorização expressa do governador.

Sucessivas reuniões com o secretário da Educação não tem resultado em propostas para nossa reivindicação salarial. O índice atualizado de

reajuste emergencial para repor as perdas inflacionárias desde julho de 2014 chega a 20,83%. Mas nós queremos de fato uma política salarial que incorpore o cumprimento da meta 17 do Plano Estadual de Educação, ou seja, a equiparação de nos-

dos salários aos vencimentos dos demais profissionais com formação de nível superior.

A gravíssima situação salarial

da nossa categoria pode ser verificada no quadro abaixo, elaborado pela subseção do DIEESE/CEPES na APEOESP:

## Salários defasados

Remuneração PEB I (30h) equivale a 1,77 salários mínimos

Já a do PEB II (30h) equivale a 2,06 salários mínimos

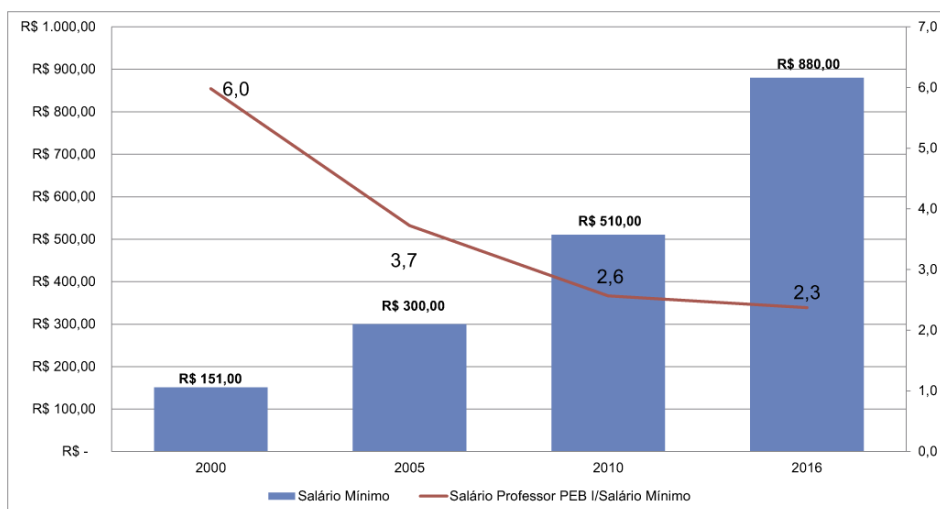
Classe	Inicial			Final		
	Faixa / Nível	Salário Base jul/ 2014	Salário Base Corrigido (20,83%)	Faixa / Nível	Salário Base jul/ 2014	Salário Base Corrigido (20,83%)
<b>Classe dos Docentes (12hs)</b>						
Professor de Educação Básica I	1-I	626,07	756,48	8-VIII	1.772,10	2.141,23
Professor de Educação Básica II	1-I	724,77	875,74	8-VIII	2.051,44	2.478,75
<b>Classe dos Docentes (24hs)</b>						
Professor de Educação Básica I	1-I	1.252,17	1.512,99	8-VIII	3.544,21	4.282,47
Professor de Educação Básica II	1-I	1.449,52	1.751,46	8-VIII	4.102,88	4.957,51
Professor II (em extinção)	1-I	1.328,67	1.605,43	8-VIII	3.760,77	4.544,14
<b>Classe dos Docentes (30hs)</b>						
Professor de Educação Básica I	1-I	1.565,20	1.891,23	8-VIII	4.430,26	5.353,08
Professor de Educação Básica II	1-I	1.811,91	2.189,33	8-VIII	5.128,80	6.196,89
Professor II (em extinção)	1-I	1.660,84	2.006,79	8-VIII	4.700,97	5.680,18
<b>Classe dos Docentes (40hs)</b>						
Professor de Educação Básica I	1-I	2.086,93	2.521,63	8-VIII	5.907,02	7.137,45
Professor de Educação Básica II	1-I	2.415,89	2.919,12	8-VIII	6.838,13	8.262,51
<b>Classes de Suporte Pedagógico (40 hs)</b>						
Diretor de Escola	1-I	2.840,00	3.431,57	8-VIII	8.038,58	9.713,02
Supervisor de Ensino	1-I	3.243,08	3.918,61	8-VIII	9.179,50	11.091,59
Dirigente Regional de Ensino	-	7.157,46	8.648,36	-	-	-
<b>Classes Suporte Pedagógico (em extinção)</b>						
Assistente de Diretor	1-I	2.344,99	2.833,45	8-VIII	6.637,47	8.020,06
Orientador Educacional	1-I	2.344,99	2.833,45	8-VIII	6.637,47	8.020,06
Coordenador Pedagógico	1-I	2.344,99	2.833,45	8-VIII	6.637,47	8.020,06
Delegado de Ensino ( cargo extinto)	1-I	4.030,50	4.870,05	1-V	4.899,10	5.919,58

Fonte: SEESP/DRHU – Departamento de Recursos Humanos

Outro indicador de nossa perda salarial é que o salário-base de PEB I, que em 2009 era superior 37,8% ao valor do Piso Salarial Profissional Nacional, hoje está 2,3% abaixo do PSPN. Quanto ao PEB II, o salário

era 66,8% superior ao PSNP e hoje está apenas 13,1% acima do valor do piso nacional.

Podemos ainda comparar nossos salários ao salário mínimo. Veja as perdas:



## O debate da greve continua na ordem do dia

Frente às dificuldades de negociação com o governo do Estado e diante dos ataques e retrocessos que são impostos no plano federal, não há alternativa a não ser a nossa mobilização, com base na mais ampla unidade da categoria e no trabalho permanente de diálogo com os professores nas escolas, bem como os estudantes, os funcionários, os pais e as comunidades. A luta em defesa da

escola pública vai além de nossas questões específicas e necessitamos do apoio de todos para que nossa categoria seja reconhecida e valorizada pelo governo.

Devemos continuar debatendo e colocando em pauta a greve da categoria. Sabemos que o próximo período será de grandes mobilizações, tanto no setor público, quanto no setor privado, devido às consequências que as políticas do governo Temer trarão aos trabalhadores. Por esta razão, a maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal tomou uma decisão que não nos intimidará, nem impedirá nossa greve, se esta for a vontade da categoria. Autorizar os governos a cortar o ponto de servidores em greve não muda nada para nós, funcionários públicos do Estado de São Paulo, pois esse tipo de medida autoritária já vem sendo tomada pelo governo do PSDB no nosso estado.

Para fazermos greve não dependemos de autorização do STF ou de qualquer outra instância. Quem decide é a nossa assembleia ou o Congresso da entidade e assim continuará a ser. Nesta decisão deve pesar apenas e tão somente a vontade real de professores e professoras de luta pelos seus direitos e reivindicações.

## **A unidade com a comunidade escolar deve prevalecer**

A reorganização da rede estadual de ensino continua latente

e tem ocorrido de forma disfarçada. É preciso deter e fazer retroceder este processo, antes que o governo decida novamente torná-lo uma política de fechamento de escolas, como tentou fazer em 2015. Qualquer que seja o encaminhamento dado ao movimento contra a reorganização, ele deve resultar sempre da articulação entre os diversos segmentos envolvidos, para que tenha um caráter de massa e conte com o apoio da sociedade.

As subseções devem retomar o levantamento sobre o fechamento de classes e as previsões de fechamento do noturno. Nestas regiões, quando ocorrerem alegações de redução de demanda, as subseções devem organizar o registro desta demanda, levando-a às diretorias regionais para exigir que as escolas atendam às necessidades da comunidade da região.

A APEOESP tem estado presente também na luta para que as apurações da CPI da Merenda resultem na identificação e punição de todos os responsáveis. Temos, porém, consciência de seus limites e do domínio que o governo do Estado exerce sobre a CPI e sobre a Alesp como um todo. Devemos, contudo, continuar realizando permanente pressão, juntamente com os movimentos sociais.

## **Debater a gestão democrática**

Este tipo de movimento ar-

ticulado dialoga evidentemente com a questão da gestão democrática. Como já havíamos informado no Boletim CR/RR anterior, o governo do Estado está realizando um processo de discussão sobre a gestão democrática diretamente nas escolas. Nossa proposta, já levada ao Secretário da Educação, é de que se instituassem conferências regionais e uma conferência estadual para assegurar um amplo debate, como forma de elaboração participativa e democrática da legislação de gestão democrática prevista no Plano Estadual de Educação. Reafirmamos, portanto, a orientação para que as subseções promovam este debate nas regiões, amplificando-o e interferindo no processo conduzido pela SEE, para que as opiniões e posicionamentos da nossa categoria, bem como dos estudantes, funcionários e demais segmentos se façam representar.

## **Todos à assembleia de 11 de novembro**

A assembleia estadual do dia 11/11, às 14 horas, na Praça da República, é um momento muito importante da nossa campanha. Os ataques que a educação pública vem sofrendo e as ameaças aos nossos direitos (reforma da previdência, PEC 241, PLP 257, reforma do ensino médio e outras medidas) devem ser combatidos com nossa presença nas ruas, denunciando para

toda a sociedade a situação que estamos enfrentando.

Foi enviado material para as

subsedes relativo à reforma do ensino médio para ser trabalhado nas unidades escolares

e comunidades. Também foram enviados cartazes sobre a municipalização e a assembleia.

## III. Cronograma de Atribuição de Aulas

Foi publicada Portaria CGRH-6, de 24 de outubro de 2016, estabelecendo cronograma para a divulgação da classificação dos inscritos no processo inicial

de atribuição de classes e aulas de 2017. O cronograma tem início com a divulgação da classificação na Internet no dia 07 de novembro de 2016, a partir

das 10 horas e se encerra no dia 17 de janeiro de 2017, com a divulgação da classificação final pós recursos. Republicamos a portaria abaixo.

### **Diário Oficial do Estado de São Paulo/ Poder Executivo**

**Geraldo Alckmin – Governador Seção I**

**terça-feira, 25 de outubro de 2016 – páginas 32**

COORDENADORIA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Portaria CGRH-6, de 24-10-2016

Estabelece cronograma para a divulgação da classificação dos inscritos no processo inicial de atribuição de classes e aulas de 2017

A Coordenadora da Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos, considerando a necessidade de estabelecer datas e prazos para a divulgação da classificação dos inscritos, no referido processo, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - A divulgação da classificação dos inscritos estará disponível, exclusivamente no endereço <http://drhonet.edunet.sp.gov.br/Portalnet>, na seguinte conformidade:

I. Titulares de Cargo:

- a) 07-11-2016 - divulgação da classificação na WEB, a partir das 10 horas;
- b) 07 a 10-11-2016 - prazo para interposição de recursos no endereço eletrônico <http://drhonet.edunet.sp.gov.br/Portalnet>, até às 18 horas;
- c) 07 a 18-11-2016 - deferimento/indeferimento dos recursos no endereço acima pela DE, até às 18 horas;
- d) 09-01-2017 - divulgação da Classificação Intermediária, a partir das 14 horas;
- e) 09-01-2017 - divulgação da Classificação - Artigo 22, a partir das 14 horas;
- f) 09 a 11-01-2017 - prazo para interposição de recursos no endereço eletrônico, <http://drhonet.edunet.sp.gov.br/Portalnet>, até às 18 horas;
- g) 09 a 13-01-2017 - deferimento/indeferimento dos recursos no endereço acima pela DE, até às 18 horas;

h) 17-01-2017 - divulgação da Classificação Final pós recursos, a partir das 14 horas.

II. Docentes das Categorias “P”, “N”, “F”:

a) 07-11-2016 - divulgação da classificação na WEB, a partir das 10 horas;

b) 07 a 10-11-2016 - prazo para interposição de recursos no endereço <http://drhonet.edunet.sp.gov.br/Portalnet>, até às 18 horas;

c) 07 a 18-11-2016- deferimento/indeferimento dos recursos no endereço acima pela DE, até às 18 horas;

d) 09-01-2017 - divulgação da Classificação Intermediária, a partir das 14 horas;

e) 09 a 11-01-2017 - prazo para interposição de recursos no endereço eletrônico <http://drhonet.edunet.sp.gov.br/Portalnet>, até às 18 horas;

f) 09 a 13-01-2017 - deferimento/indeferimento dos recursos no endereço acima pela DE, até às 18 horas;

g) 17-01-2017 - divulgação da Classificação Final pós recursos, a partir das 14 horas.

III. Docentes Contratados em 2014, 2015 e 2016;

a) 07-11-2016 - divulgação da classificação na WEB, a partir das 10 horas;

b) 07 a 10-11-2016 - prazo para interposição de recursos, no endereço <http://drhonet.edunet.sp.gov.br/Portalnet>, até às 18 horas;

c) 07 a 18-11-2016- deferimento/indeferimento dos recursos no endereço acima pela DE, até às 18 horas;

d) 09-01-2017 - divulgação da classificação intermediária, a partir das 14 horas.

e) 09 a 11-01-2017 - prazo para interposição de recursos no endereço eletrônico <http://drhonet.edunet.sp.gov.br/Portalnet>, até às 18 horas;

f) 09 a 13-01-2017 - deferimento/indeferimento dos recursos no endereço acima pela DE, até às 18 horas;

g) 17-01-2017 - divulgação da Classificação Final pós recursos, a partir das 14 horas.

Artigo 2º - Os docentes Titulares de Cargo, Docentes das Categorias “P”, “N”, “F”, “O” com contratos celebrados em 2014, 2015 e 2016, poderão interpor recurso referente à pontuação, habilitação/ qualificação e dados pessoais, devendo apresentar documentação comprobatória na Diretoria de Ensino.

Parágrafo único - Os recursos solicitados e não fundamentados serão indeferidos pela Diretoria de Ensino.

Artigo 3º - O aluno de último ano inscrito no Processo de Atribuição de Classes/Aulas para o ano letivo de 2017, poderá no período de 02 a 04-01-2017 entregar, na Diretoria de Ensino de inscrição, documentos comprobatórios de conclusão do Curso, Diploma e/ou Certificado de conclusão, exceto o aluno de último ano do Curso de Educação Física que somente poderá comprovar a conclusão do Curso mediante Diploma e credenciamento no Conselho Regional de Educação Física - CREF.

Artigo 4º - A Diretoria de Ensino deverá registrar a atualização dos docentes mencionados no artigo 3º, no sistema GDAE, Contagem de Tempo (para pontuação) e Formação Curricular (para habilitação/qualificação), no sistema PAEC/PAEF (para dados pessoais), no período de 02 a 05-01-2017, até às 18:00, para fins de classificação.

Artigo 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.